

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 039/2023

(Processo Administrativo N.º 039)

Torna-se público que a Secretaria de Administração, por meio da Diretoria de Compras, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 28/08/2023

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 18:00.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição por dispensa de licitação de Projeto de Proteção Contra Incêndio, conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá em item, conforme tabela constante abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO DO MERCADO CULTURAL LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ. *Orçamentos que compõem o valor estimado em anexo para melhor orientação.	UNID	01	R\$ 57.304,70	R\$ 57.304,70
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 57.304,70	

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o

compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 10,00 (dez reais).

- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 5.5.1. conter vícios insanáveis;
 - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 6.3.1.** É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
 - 6.3.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

- 6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos

casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2.as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4.os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;

Gravatá, 21 de Agosto de 2023

Documento assinado digitalmente



EWERTON JOSE SILVA DE LIMA

Data: 21/08/2023 10:27:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EWERTON JOSÉ SILVA DE LIMA

Coordenador de Compras

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na

Secretaria de Administração

Rua Izaltino Poggi, 265 / 2º Andar/Bairro do Prado/ Gravatá-PE/CEP. 55.642-160

Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

3.2 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

3.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

3.3.1 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10(dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO DO MERCADO CULTURAL LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ.

1 DECLARAÇÃO DO OBJETO

O objetivo deste Termo de Referência é o estabelecimento de normas técnicas, critérios, condições contratuais e o fornecimento das informações necessárias que permitam a elaboração de propostas para a *CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO DO MERCADO CULTURAL LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ*, conforme especificado neste termo.

ID	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR MÉDIO ESTIMADO (R\$)
21822	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO DO MERCADO CULTURAL LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE GRAVATÁ	1,00	1,00	R\$ 57.304,70

2 FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

A contratação em tela deverá atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Gravata, visando executar as instalações de incêndio exigidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, no Mercado Cultural.

A presente contratação adotará como regime o critério de julgamento de MENOR PREÇO, considerando a conversão em porcentagem para taxa de administração.

A contratação é compatível com a realização de procedimento previsto no Inciso II, Art. 75 da Lei nº 14.133/21.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Surge da necessidade de melhoria do espaço público, promovendo políticas de desenvolvimento urbano que atendam às necessidades da população local e turística;

Atualmente, o local denominado Mercado Cultural, famoso ponto turístico do município, carece de melhorias e revitalização para melhor atender o público flutuante de turistas, trazendo impacto econômico e cultural, consequentemente melhorando a qualidade de vida da região;

Ocorre que dentre essas melhorias, são contempladas as soluções de proteção contra incêndio do local, tendo em vista seu fluxo intenso de usuários nos finais de semana e períodos festivos;

Portanto, considerando a segurança e garantia da integridade dos usuários do local, bem como a preservação do patrimônio histórico do município;

Considerando o embargo por parte do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco quanto ao funcionamento do espaço sem as instalações de combate a incêndio;

Sendo o Mercado Cultural um importante polo econômico e artístico do município, sua revitalização e preservação, através de execução de instalações de combate contra incêndio, configura como sendo um significativo projeto de urbanização, cultural e turístico para a cidade.

4 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 75º, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) = (6/365)/100$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5 DO VALOR GLOBAL ESTIMADO

O valor global para a presente contratação é de **R\$ 57.304,70 (cinquenta e sete mil e trezentos e quatro reais e setenta centavos)**, de acordo com as propostas orçamentárias recebidas pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme parecer técnico anexo contendo o quadro de cotações.

No valor estimado estão inclusos equipamentos e materiais de escritório e todos os tributos e taxas incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto da contratação, na forma e nas condições estipuladas pela legislação em vigor na data de celebração dele.

6 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento do Município de Gravata na classificação abaixo:

2	PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ
02	PODER EXECUTIVO
02	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
12 021200	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
15	URBANISMO
15 451	INFRAESTRUTURA URBANA
15 1506	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA
15 1506 2629 0000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
0.01.00 501.001	RECURSOS PRÓPRIOS
FICHA 459	

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

7 DOS PRAZOS

O presente contrato terá vigência de 6 (seis) meses, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

O prazo de execução do objeto contratual será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço.

A empresa que venha a ser contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos propostos em seu cronograma físico financeiro, não podendo ultrapassar o prazo total de execução. O não cumprimento dos prazos sujeitará a empresa às penalidades previstas em Lei.

Gravatá, 25 de julho de 2023.

Documento assinado digitalmente
 RICARDO LOUREIRO MALTA FILHO
Data: 14/08/2023 12:15:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO L. MALTA FILHO
Secretário de Obras e Serviços Públicos
Prefeitura Municipal de Gravatá

**PARECER TÉCNICO
PROPOSTAS DE PREÇO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATÁ		 GRAVATÁ PREFEITURA MUNICIPAL COMPROMISSO COM AS PESSOAS	
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
DATA: JULHO/2023			
QUADRO DE COTAÇÕES			
CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA	CNPJ	VALOR DA PROPOSTA
1º	ACMEXTINTORES	26.567.703/0001-90	R\$ 46.012,00
2º	SW SERVIÇO E MANUTENÇÃO LTDA	21.597.394/0001-87	R\$ 60.170,00
3º	REI DO EXTINTOR	22.930.095/0001-85	R\$ 65.732,11

Tendo em vista o quadro de cotações acima, ressalta-se que o valor mais vantajoso para a contratação é de R\$ 46.012,00 (quarenta e seis mil e doze reais), estando todas as propostas em conformidade com o processo.

Informamos que todas as propostas encontram-se anexas a este termo.

Portanto, sejam consideradas as providências tomadas pela Comissão Permanente de Licitação responsável pelo processo, para dar sequência a esse certame conforme suas publicações.

Documento assinado digitalmente
 **ALMIR RIBEIRO**
Data: 25/07/2023 11:36:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALMIR RIBEIRO
Eng.º Civil CREA 1819847080
Secretaria de Obras e Serviços Públicos



REI DO EXTINTOR



PROPOSTA COMERCIAL

EMPRESA: MUNICIPIO DE GRAVATÁ.
MERCADO CULTURAL
CNPJ: 11.049.830/0001-20
PROPOSTA: Nº 071-2023 Rev. 01



07 de Julho de 2023,

PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO AO CORPO DE BOMBEIRO

O objetivo desta Proposta consiste em fornecer toda **mão-de-obra** de instalação, montagens, adequação e **fornecimento dos equipamentos** de combate e prevenção a incêndio, de acordo com os projetos e memorial nos apresentados:

Sistemas Fixos (Hidrantes):

1. Fornecimento e Instalação de 02 Hidrantes Simples 2x15m 1"1/2' Tipo I e seus acessórios;
2. Fornecimento e Instalação de 01 Hidrante de Recalque e seus acessórios;
3. Fornecimento e Instalação de 01 Bomba Centrífuga de Incêndio 10cv 380vac e seus acessórios;
4. Fornecimento e Instalação de 01 Conjunto By-Pass 3" e seus acessórios;
5. Fornecimento e Instalação de 01 Cavalete de Automação Chave de Fluxo e Manômetro e seus acessórios;
6. Fornecimento e Instalação de 01 Pannel Elétrico de Comando Padrão CBM e seus acessórios;
7. Fornecimento e Instalação de 01 Botoeira de Acionamento Remoto e seus acessórios;
8. Fornecimento e Instalação de 01 Sirene AudioVisual e seus acessórios;

01. DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATANTE** deverá pagar a **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 65.732,11** (Sessenta e Cinco Mil e Setecentos e Trinta e Dois Reais e Onze Centavos).

02. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS:

50% Entrada
50% Na conclusão.

03. PRAZO DE ENTREGA:

30 Dias Úteis

04. OBSERVAÇÃO:

1. Prazo do início de execução da obra, será de 05 dias úteis a partir do pagamento da entrada.
2. **Escavações e remoção de forro bem como suas reposições**, fica sobe responsabilidade da **CONTRATANTE**.



3. O processo de pagamento ocorrerá conforme item 02 desta proposta, não estando condicionado a nenhum outro processo de vistoria ou aprovação pelo CBM-PE. O descumprimento deste item acarretará protesto em cartório.
4. O ponto de elétrica para ligação da bomba de incêndio, que deverá ser instalado independente da rede da edificação e antes do sistema do disjuntor geral padrão de entrada da Celpe, fica sobre responsabilidade da **CONTRATANTE**.

Atenciosamente,

Philippe Joseph.

**REI
DO
EXTINTOR**



Razão Social: MUNICIPIO DE GRAVATÁ
Cidade: GRAVATÁ **UF:** PE

Apresentamos nosso orçamento comercial para aquisição dos materiais necessários para instalação do Sistema de Rede de Hidrante, instalação do Sistema de Detecção e Alarme contra incêndio e a mão de obra.

Preço de execução: Importa o presente orçamento em R\$ 60.170,00 (SESSENTA MIL E CENTO E SETENTA REAIS) para fornecimento de materiais e mão de obra, EPI's, ferramentas, e encargos.
Forma de pagamento: O valor da entrada de R\$ 30.000,00 o saldo restante do valor R\$ 30.170,00 a ser pago no boleto para 30/60 dias.
Observação: Caso a empresa CONTRATANTE não disponibilize meios para finalização da obra a mesma não poderá reter o pagamento da Contratada.
Da contratante: Executar os serviços de acordo com as Normas técnicas da ABNT, fornecer a mão de obra, materiais, EPI e ferramentas.
Prazo de início: Após recebimento da ordem de serviços junto com a assinatura do contrato e o valor da entrada.
Prazo de execução: 20 dias úteis.
Validade do orçamento: 05 dias.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

O objetivo desta Proposta consiste em fornecer toda **mão-de-obra** de instalação, montagens, adequação e **fornecimento dos equipamentos** de combate e prevenção a incêndio, de acordo com os projetos e memorial nos apresentados:

Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio:

1. Fornecimento do material e instalação De 01 Central de Alarme Endereçável da Intelbras e seus acessórios;
2. Fornecimento do material e instalação de 03 Acionadores Manuais Endereçável da Intelbras e seus acessórios;
3. Fornecimento do material e instalação de 03 Sirenes Audiovisuais da Intelbras e seus acessórios;
4. Fornecimento do material e instalação de 01 Módulo de Entrada/Saída da Intelbras e seus acessórios;

Sistema de Rede de Hidrante:

SW SERVIÇO E MANUTENÇÃO LTDA
CNPJ: 21.597.394/0001-87
Caruaru – Pernambuco – Brasil
Contato / WhatsApp: (81)9.9422-5995

1. Fornecimento do material e instalação de 02 Hidrante Simples e seus acessórios;
2. Fornecimento do material e instalação de 01 Hidrante de Calçada e seus acessórios;

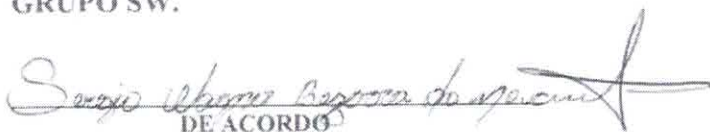
Sistema de Bomba de Incêndio:

1. Fornecimento do material e instalação de 01 Quadro para Automação da Bomba de Incêndio e seus acessórios;
2. Fornecimento do material e instalação de 01 Pressostato e seus acessórios;
3. Fornecimento do material e instalação de 01 Manômetro e seus acessórios;
4. Fornecimento do material e instalação de 01 Bomba de Incêndio Elétrica de 10 cv e seus acessórios;

Observações:

1. Prazo do início de execução da obra, será de 10 dias úteis a partir do pagamento da entrada e assinatura do contrato de execução.
2. A empresa CONTRATANTE fica responsável por qualquer reposição de revestimento cerâmico que tenha sido removido para a passagem de tubulações.
3. A empresa CONTRATANTE fica responsável por toda a parte da Construção civil como Escavações e remoção de forro bem como suas reposições.
4. A empresa CONTRATANTE fica responsável em disponibilizar o ponto de energia para alimentação da Central de Alarme.
5. A empresa CONTRATANTE fica responsável em disponibilizar o ponto elétrico para Automação da Bomba de incêndio, que deverá ser instalado independente da rede da edificação e antes do sistema do disjuntor geral padrão de entrada da Celpe.
6. Caso a empresa CONTRATANTE não disponibilize meios para finalização da obra mesma não poderá reter o pagamento da Contratada.

Atenciosamente,
GRUPO SW.


DE ACORDO

CARUARU, 06 de Julho de 2023.

SW SERVIÇO E MANUTENÇÃO LTDA
CNPJ: 21.597.394/0001-87
Caruaru – Pernambuco – Brasil
Contato / WhatsApp: (81)9.9422-5995



ACMEXTINTORES

R JOAO FERREIRA DA SILVA, 51, PRADO-GRAVATÁ
CNPJ: 26.567.703/0001-90

Mercado Cultural – Gravatá

Proposta Serviços – 06/2023.

REF: Serviço Instalação da rede de hidrantes e casa de bombas com quadro elétrico.

Prezado Senhor,

Conforme solicitado, submetemos à sua apreciação nossa proposta para fornecimento dos serviços abaixo relacionados:

1. OBJETO

A presente proposta, objetiva atender ao serviço especializado de instalação da rede de hidrantes e casa de bombas com quadro elétrico.

2. REFERENCIAS

Nossa proposta foi elaborada com base em:

. Plantas em PDF do Projeto de Proteção contra Incêndio e memorial descritivo.

Podendo ter alteração após visita ao local, acréscimo de material se necessário durante a execução.

3. NORMAS DE INSTALAÇÃO

.ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

.Corpo de Bombeiros do Estado de Pernambuco.

4. ESCOPO DE FORNECIMENTO JL.

4.1. SERVIÇOS E MATERIAIS:

ITEM.	DESCRIMINAÇÃO	TOTAL
01	Bomba e quadro elétrico	7.000,00
02	Serviço de mão de obra	17.000,00
03	Relação de materiais 10 Tubo galvanizado de 3” 20 Joelho a 90° de 3” 04 Joelho a 45” de 3” 07 Tee de 3” 04 Bucha de redução de 3” para 2 1/2 01 Tubo de 2 1/2 03 Registro gaveta de 3” 04 registro globo a 45” 01 Válvula de alivio de 1/2	22.012,00

01 Válvula de esfera de 1/2 01 Válvula fluxostato cibracon de 1" a 6" 02 Acionador de bomba alternativo 01 sirene convencional 220 volts 12 Niple duplo de 3" 06 Niple duplo de 2 1/2 02 Luva de redução de 3" pra 2 1 /2 02 União de 2 1 /2 01 União 3" assento plano 02 Válvula retenção horizontal 02 Armário completo 75x45x17 01 Ponto de fachada com tampão de 2 1/2 adaptador de 2 1/2	
--	--

NOTAS IMPORTANTES

- A) Nossa proposta NÃO INCLUI o fornecimento de serviços de obras civis, tais como: quebra e reposição de paredes, pintura, forros, etc.
- B) A ACM fornecerá todos os itens consumíveis para execução dos serviços (Brocas, Buchas de Limpeza, Bancada Para Montagem, EPI ,EPC)
- C) O fornecimento de **ANDAIMES**, será fornecido pelo contratante.

5. ESCOPO DE FORNECIMENTO DO CLIENTE

- Alimentação elétrica 220/380V para uso de ferramentas elétricas.
- Reposição de pisos, paredes, etc., se necessário.
- Obras civis, se necessário.
- Serviços e/ou materiais não descritos em nossa proposta, podendo ser objeto de uma proposta complementar.
- Materiais que faltarem, uma vez que a relação apresentada foi elaborada por plantas em PDF, e poderá faltar material que já será informado durante a obra.

6. VALORES

Para o serviço e materiais descrito em nossa proposta importa em... **R\$**

Serviço - 17.000,00 (dezessete mil reais)

Materiais - 29.012,00 (vinte e nove mil e doze reais).

Totalizando 46.012,00 (quarenta e seis mil e doze reais)

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

À vista

8. PRAZO DE ENTREGA

- Até 30 (trinta) dias úteis ou menos, dependendo do bom andamento do serviço.

9. VALIDADE DA PROPOSTA

.60 (sessenta) dias.

10.GENERALIDADES

10.1 – Havendo paralisação dos serviços decorrentes do atraso de serviços realizados por terceiros ou não liberação de áreas, entrega dos materiais fornecidos pelo cliente, os custos decorrentes por dias parados serão repassados integralmente ao cliente, se necessário.

10.2. – Quaisquer serviços e/ou materiais, equipamentos não mencionados em nossa proposta e solicitados pelo cliente no decorrer da execução dos serviços, serão objeto de uma proposta complementar.

11.GARANTIA

Os serviços propostos serão garantidos pelo prazo de 01(um) ano, a contar da data de entrega.

Sem mais para o momento, colocamo-nos a disposição para esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,
Isabel Cristina Freitas Da Silva
Contatos: (81) 8733.9181 – 9631.3364

CONTRATANTE:
Mercado Cultural De Gravatá

CONTRATADO:
Isabel Cristina Freitas Da Silva
774.156.204-53
ACMEXTINTORES

Gravatá-PE, 06 de julho de 2023.